



# Prefeitura Municipal de Pedro Canário

Estado do Espírito Santo

Comissão Permanente de Licitação

## EDITAL E MINUTA DE CONTRATO REF. PREGÃO PRESENCIAL N.º 0020/2014.

Prefeitura Municipal de Pedro Canário - Estado do Espírito Santo, por determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, por intermédio do seu Pregoeiro, que abaixo subscreve designado pela Portaria n.º **169/2012** e no especial interesse da Secretaria Municipal de **Saúde**, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **Pregão do tipo “menor preço”**, às **10h00min do dia 25/04/2014**, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pedro Canário - Estado do Espírito Santo, situada na Rua São Paulo, n.º 220, Bairro Boa Vista, Pedro Canário - Estado do Espírito Santo, cujo Objeto é a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, destinados a suprir as necessidades da farmácia básica desta Municipalidade, para o exercício de 2014**, em conformidade com o Anexo I (Termo de Referência) que faz parte integrante deste Edital de Licitação, sob a supervisão da Secretaria Municipal de Administração, e será regido **pela Lei Federal n.º 10.520/02 e 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, pela Lei Complementar Federal n.º 123/2006, arts. 42 a 46**, no que se refere aos benefícios aos micros e pequenos empresários, e mediante as seguintes condições:

### 1 – Termo de Referência

1.0 – Origem do pedido: Secretaria Municipal de: **Saúde**.

1.1 – Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL**  
1.2 – Processo Administrativo n.º.: **0009/2014**  
1.3 – Tipo de Licitação: **MENOR PREÇO**  
1.4 – Objeto: **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.**

1.5 – Credenciamento: **de 09h00min as 09h40min do dia 25/04/2014.**

### 2 – Data, local e hora para a entrega dos envelopes.

2.1 – **Até o dia 25 de abril de 2014 às 09h00min** os envelopes (PROPOSTA e HABILITAÇÃO) referentes a este Pregão deverão ser entregues no Setor de Protocolo desta PMPC no endereço acima citado.

2.1.1 – **EM NENHUMA HIPÓTESE SERÁ RECEBIDOS QUAISQUER DOCUMENTO PARA CREDENCIAMENTO, ENVELOPES DE PROPOSTAS E HABILITAÇÃO FORA DOS PRAZOS ESTABELECIDOS NESTE EDITAL.**

2.1.2 – Os envelopes (PROPOSTA e HABILITAÇÃO) serão entregues separadamente no setor de protocolo, devendo estar lacrados, rubricados, contendo na parte externa, seguintes dizeres:

#### **Envelope n.º 001 – PROPOSTA**

Prefeitura Municipal de Pedro Canário  
Rua São Paulo, n.º 220, Bairro Boa Vista.  
Pedro Canário/ES  
Razão Social completa da Licitante c/ CNPJ  
Pregão n.º **0020/2014**

#### **Envelope n.º 002 - HABILITAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Pedro Canário  
Rua São Paulo, n.º 220, Bairro Boa Vista.  
Pedro Canário/ES  
Razão Social completa da Licitante c/ CNPJ  
Pregão n.º **0020/2014**

2.1.3 – Caso o licitante não esteja presente deverá enviar declaração **(ANEXO III)** dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação na forma estipulada pelo item 4.1.1.

### 3 – Credenciamento

3.1 – Para fins de credenciamento junto ao Pregoeiro, o proponente poderá enviar um representante munido de documento que o credencie à participação **(ANEXO II)**, respondendo o mesmo pela representada.

3.1.1- **SÓ SERÁ EFETUADO CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE QUE ESTIVER PRESENTE NA DATA E HORÁRIO INDICADO NO ITEM 1.5 DESTA EDITAL.**

3.2 – **O credenciamento ocorrerá na mesma data e local mencionados no item 2.1 a partir das 09h00min limitado até as 09h40min.**



3.2.1 – O credenciamento é imprescindível para que o interessado possa realizar lances verbais e sucessivos, bem como possa manifestar interesse recursal.

3.2.2 – Para a efetivação do credenciamento o representante do proponente exibirá ao Pregoeiro qualquer documento de identidade emitido por órgão público juntamente com um **original** de instrumento procuratório (**ANEXO II**) que o autorize a participar deste Pregão e a responder pelo proponente, inclusive para a oferta de lances verbais de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar recurso, assinar a ata e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame, em nome do proponente.

3.2.3 – Deverá ser juntada cópia autenticada de documento (apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos ou consolidação, do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso), a fim de comprovar se o outorgante do instrumento procuratório que trata o subitem anterior possui os devidos poderes da outorga supra.

3.2.4 – No caso de proprietário, diretor, sócio ou assemelhado da proponente que comparecer ao local, deverá comprovar a representatividade por meio da apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos ou consolidação, do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso.

3.2.5 – Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de nota ou por membro da CPL, Pregoeiro ou da Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Pedro Canário, hipótese em que a autenticação deverá ocorrer **previamente** ao credenciamento (**até 24 horas da abertura**), ou por publicação Oficial.

3.2.6 - Declaração de Enquadramento Como Beneficiária da *Lei Complementar Nº 123 de 2006* (**Anexo V**).

3.2.7 – Declaração de que o licitante tem pleno conhecimento das exigências do edital e do objeto licitado, (**Anexo VII**);

3.2.8 – Declaração de que o licitante concorda com os critérios de julgamento e acatará quaisquer decisões que venham a ser tomadas pela Comissão de Licitação durante o procedimento licitatório, (**Anexo VIII**);

3.2.9 - Para fazer uso dos benefícios constantes na *Lei 123/06 de 14 de Dezembro de 2006*, a empresa deverá apresentar o comprovante de opção pelo Simples obtido através do Site da Secretaria da Receita Federal (SIMPLES NACIONAL): <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>>.

3.3 – Caso o proponente não compareça, mas envie toda a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará do Pregão com a primeira proposta apresentada quando do início dos trabalhos, renunciando a apresentação de novas propostas e a interposição de recurso.

#### 4 – ABERTURA DOS ENVELOPES:

4.1 – **As 10h00min dia 25 de abril de 2014** será aberta a sessão pelo Pregoeiro na sala de reuniões da CPL localizada no 1º andar do edifício sede desta PMPC, *sendo que nessa oportunidade os licitantes deverão apresentar declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação* (**ANEXO III**).

4.1.1 – Em cumprimento ao disposto no **art. 4º, VII da Lei nº 10.520/02** a declaração deverá ser entregue *separadamente* dos envelopes nº 001 – PROPOSTA e nº 002 – HABILITAÇÃO.

4.1.2 – Caso o licitante não se faça presente deverá remeter a **DECLARAÇÃO** de que trata o item 4.1 em envelope apartado que deverá trazer os seguintes dizeres "Prefeitura Municipal de Pedro Canário - PMPC – Pregão nº **0020/2014** Envelope **DECLARAÇÃO**".

4.1.3 – Na hipótese dos licitantes não apresentarem, no momento da entrega dos envelopes, a Declaração de caráter obrigatório prevista no item 4.1, o Pregoeiro disponibilizará a estes um modelo de declaração que poderá ser preenchido e assinado pelo representante credenciado.

#### 5 – OBJETO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

5.1 – O objeto do presente edital é a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, destinados a suprir as necessidades da farmácia básica desta Municipalidade, para o exercício de 2014**, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

#### 5.2 - Dotação Orçamentária:

5.2.1 – As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:



**Orçamento vigente do Município de Pedro Canário – Processo nº 0009/2014.**

Ficha: 0000080.

Órgão: 090000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Unidade Orçamentária: 090100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Função: 10 – SAÚDE.

Sub Função: 302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL.

Programa: 0012 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL.

Projeto/Atividade: 2.050 – COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA.

Elemento de Despesa: 33903200000 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.

Fonte do recurso: 12010000 – RECURSOS PRÓPRIOS - SAÚDE.

**Orçamento vigente do Município de Pedro Canário – Processo nº 0009/2014.**

Ficha: 0000080.

Órgão: 090000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Unidade Orçamentária: 090100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Função: 10 – SAÚDE.

Sub Função: 302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL.

Programa: 0012 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL.

Projeto/Atividade: 2.050 – COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA.

Elemento de Despesa: 33903200000 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.

Fonte do recurso: 12030000 – RECURSOS DO SUS.

**6 – Das condições gerais para a participação**

6.1 – Somente poderão participar deste Pregão as empresas que atenderem todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, além das disposições legais, independentemente de transcrição.

6.2 – Poderão participar deste Pregão somente pessoas jurídicas que desenvolvam as atividades objeto desta licitação e que atendam as exigências deste edital.

6.3 – Não serão admitidas a participação nesta Licitação de empresas que estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a Administração Pública; que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão público; ou que se subsumem às disposições dos **arts. 9º e inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93.**

**7 – Da entrega dos envelopes proposta e habilitação**

7.1 – Os licitantes deverão entregar no entre tempo definido neste edital sua proposta e sua documentação necessária para habilitação, em 02 (dois) envelopes distintos, lacrados e rubricados, contendo na parte externa, além da razão social completa da proponente (**com CNPJ**) os seguintes dizeres: "Prefeitura Municipal de Pedro Canário– Pregão nº **0020/2014** Envelope nº 011 – PROPOSTA; Envelope nº 002 – HABILITAÇÃO".

7.2 – O Envelope nº 001 – PROPOSTA deverá conter as informações/documentos exigidos no item 8.1 deste Edital, e o Envelope nº 002 – HABILITAÇÃO deverá conter os documentos/informações exigidos no item 9.1 deste Edital.

7.3 – Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de nota ou por membro da CPL, Pregoeiro ou da Equipe de Apoio da PMPC, hipótese em que a autenticação deverá ocorrer **previamente** à entrega dos envelopes lacrados, ou por publicação Oficial.

**8 – Envelope nº 001 – PROPOSTA**

8.1 – A proposta deverá ser formulada em 01 (uma) via, datilografada ou digitada, contendo a identificação da empresa licitante (no mínimo: nome e CNPJ), datada, assinada e carimbada por seu representante legal, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo conter as seguintes informações:

a) Discriminação completa do objeto ofertado com indicação da **marca** conforme especificações e condições previstas no **Anexo I**;

b) Validade da proposta a qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da mesma;



c) A entrega será **PARCELADA**, e deverá ser realizada no **almoxarifado**, em **até 10 (dez)** dias após o recebimento da “Ordem de Fornecimento” feita pela Secretaria.

d) O **pagamento** será realizado, **em até 10 (dez) dias** após a apresentação da competente nota fiscal correspondente ao grupo que deverá conter obrigatoriamente o visto da Secretaria.

e) Quantidade e **preço unitário** ofertado, devendo ser cotado em Real e com até **duas** casas decimais após a vírgula (R\$ X,XX), incluindo-se todos os custos, dentre eles, os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, transportes, licenças, manutenção, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para a entrega dos materiais, objeto deste Edital.

f) O preço unitário deverá ser apresentado em **algarismo**, e o preço total em algarismo e por extenso.

8.2 – Serão desclassificadas as propostas com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com os materiais objeto deste edital.

8.2.1 – Em caso de divergência entre o preço expresso em algarismo e o por extenso, será levando em consideração o último.

8.3 – Nos preços propostos já serão considerados incluídos todos os encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias, bem como todos os outros custos relacionados aos demais serviços de apoio, os quais não acrescentarão ônus para a PMPC.

8.4 – **A simples apresentação da proposta por si só implicará a plena aceitação por parte do licitante de todas as condições deste edital, independentemente de transcrição.**

8.5 – A proposta só será desclassificada se for de encontro, **expressamente**, as normas e exigências deste edital.

8.6 – Não será considerada nenhuma oferta ou vantagem baseada nas propostas dos demais licitantes, ou não prevista neste edital.

8.7 – **As propostas deverão trazer as mesmas expressões contidas no Anexo 01, evitando sinônimos técnicos, omissões ou acréscimos referentes à especificação do objeto.**

8.8 – Não serão aceitas propostas parciais (quantidade inferior) com relação a cada item.

## 9 – Envelope nº 002 – HABILITAÇÃO

9.1 – Os licitantes deverão apresentar no Envelope nº 002 – HABILITAÇÃO, os documentos abaixo enumerados:

### 9.1.1 – **Habilitação Jurídica:**

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, seus termos aditivos **ou consolidação**, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores, ou Registro Comercial no caso de empresa individual.

b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

d) - Declaração assinada pelo sócio gerente da empresa, **com firma reconhecida**, sob as penas da lei, de não superveniência de fato impeditivo de habilitação, que por ventura ocorram com a empresa, especificamente, as do **Art. 78, VI, IX, X, XI, da Lei nº 8.666/93, (Anexo IV).**

9.1.1.1 – A Habilitação Jurídica presta-se para observar a atividade da empresa e a composição da sociedade.

9.1.1.2 – *Caso os documentos referentes à Habilitação Jurídica tenham sido juntados no momento do credenciamento, e uma vez comprovada às informações mencionadas no subitem imediatamente anterior, fica o proponente dispensado de fazer nova apresentação de documentação no Envelope nº 01 – HABILITAÇÃO.*

### 9.1.2 – **Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

9.1.2.1 - A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso consistirá em: **Alterada pela LEI Nº 12.440, DE 7 DE JULHO DE 2011 – DOU DE 08/07/2011**



- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa da SRF e Certidão Negativa da Dívida Ativa – Procuradoria da Fazenda);
- b) Prova de regularidade (certidão) com a Seguridade Social – INSS;
- c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 452, de 1º de maio de 1943](#) Alterada pela [LEI Nº 12.440, DE 7 DE JULHO DE 2011 – DOU DE 08/07/2011](#).
- d) Prova de regularidade (certidão) com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço);
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal – Sede da empresa;
- g) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- h) Comprovação de Licença de Funcionamento em vigor, expedida pelo Órgão Sanitário Estadual ou Municipal competente;
- i) Alvará de Vigilância Sanitária;
- j) Comprovação do registro do(s) produtos, tratando-se de produtos sujeito na Agencia Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, tal documentação devera ser apresentada em original ou copia legível e autenticada, indicando-se em cada registro apresentado o numero do item que corresponde ao produto ofertado. A respectiva documentação devera ser apresentada com toda a publicação e não somente a parte do produto ofertado.
- k) Certificado de Boas Pratica de Fabricação e controle por linha de produção/produtos, emitido pela Agencia Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, **em conformidade com o disposto nos Artigos 1º, 2º, 3º, § único, e Artigo 4º da Resolução - RDC nº 25, de 21/05/2009.**
- l) No caso de produtos importados é necessária a apresentação do Controle emitido pela autoridade Sanitária do país de origem ou laudo de inspeção emitido pela autoridade Sanitária Brasileira.
- m) Comprovação de que a empresa possui autorização de funcionamento pelo Ministério da Saúde- ANVISA.
- n) O licitante, ao participar do certame, afirma cumprir o disposto no **inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal**, responsabilizando-se pela veracidade desta informação, firmado por **declaração; (Anexo VI).**  
**CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Art. 7.º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.**

**9.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, Art. 31 da Lei 8.666/93:**

- a) - Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes, da sede da pessoa jurídica, datada de no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data de apresentação da documentação;
- b) - Balanço patrimonial e demonstrações de resultados contábeis do último exercício social exigível, acompanhado da Declaração de Habilitação Profissional - DHP Eletrônica, fornecida pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC) da respectiva jurisdição, **em consonância com o Art. 2º § 6º da Resolução nº 1.363/2011**, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, observando o cumprimento de suas formalidades intrínsecas a seguir:
- b1) - Indicação do número das páginas e número do livro onde estão inscritos o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) no Livro Diário, acompanhados do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo, fundamentado no **§2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02; Art. 1.180, Lei 10.406/02; art. 177 da lei 6.404/76; NBC T 2.1.4 (Res. CFC 563/83); NBC T 3.1.1 (Res. CFC 686/90);**
- b2) - Assinatura do Contador e do titular ou representante legal da Entidade no BP e DRE, fundamentado no **§2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02; § 4º do art. 177 da lei 6.404/76; NBC T 2.1.4 (Resolução CFC 563/83);**
- b3) - Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (Carimbo, etiqueta ou chancela da Junta Comercial), fundamentado no **art. 1.181, Lei 10.406/02; Resolução CFC Nº 563/83; §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02;**
- b4) - Demonstrar escrituração Contábil/Fiscal/Pessoal regular, fundamentado na **NBC T 2.1.5 (Resolução CFC 563/83); art. 1.179, Lei 10.406/02; art. 177 da Lei nº 6.404/76;**





**DECRETO 6.204/07 que regulamenta a LC 123/2006:**

- a) Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública federal.
- b) Esse decreto vem liberar o Balanço Patrimonial para Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) **em alguns casos.**
- c) *Art. 3º Na habilitação em licitações para o **fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais**, não será exigido da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.*

**9.1.2.3 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- a) **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:** Comprovação de que a licitante forneceu, sem restrição, material igual ou semelhante ao indicado no **Anexo I do edital**. A comprovação será feita por meio de apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento do objeto que seja compatível ao desta licitação, devidamente assinado(s), carimbado(s) e, preferencialmente, em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do serviço.

**9.2 – O CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL – CRC** emitido pela PMPC em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações substituirá a documentação exigida no item **9.1.2, letras “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h” e “i”.**

9.2.1 – Caso algum documento esteja vencido ou tenha sofrido alteração, ou que não tenha sido apresentado para fins de cadastro, deverá ser inserido no Envelope 002 – Habilitação, juntamente com o CRC.

9.2.2 – O Pregoeiro, durante a análise do envelope de Habilitação, procederá à validação nos *sites* dos órgãos oficiais (Receita Federal, PGFN, Caixa Econômica Federal, Previdência Social, Secretarias da Fazenda Estadual e Municipal) emissores das certidões negativas apresentadas.

**9.2.3 – OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER APRESENTADOS NA MESMA ORDEM DISPOSTA PELO EDITAL.**

9.2.4 - Caso os comprovantes de regularidade expedidos pelas Fazendas Públicas Estaduais e Municipais não tragam consignados os respectivos prazos de validade, e estes não sejam do conhecimento da Comissão, considerar-se-ão como máximos, os prazos vigentes no Estado do Espírito Santo e no Município de Pedro Canário.

**9.2.5 - NÃO SERÃO ACEITOS QUAISQUER PROTOCOLOS EM SUBSTITUIÇÃO AOS DOCUMENTOS E CERTIDÕES SOLICITADOS.**

9.2.6 - Sob pena de inabilitação, os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados no original, cópia autenticada ou cópia não autenticada acompanhada dos respectivos originais, para autenticação pelo Presidente ou Membro da CPL da Prefeitura Municipal de Pedro Canário, ou por publicação em órgão da imprensa oficial, não se aceitando documentos em forma de ‘FAX’ e nem a apresentação de protocolo em substituição a documento solicitado.

*9.3 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeitos de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, Art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.*

*9.3.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, & 1º do Art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.*

*9.3.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, & 2º do Art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.*

**10 – PROCEDIMENTOS DA SESSÃO E JULGAMENTO**

10.1 – Declarada aberta a sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes.

10.2 – Depois de aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, deverão apresentar declaração **(ANEXO III)** dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.



10.2.1 – Caso o licitante não esteja presente deverá enviar declaração **(ANEXO III)** na forma estipulada pelo item 4.1.1.

10.3 – **O Pregoeiro procederá à abertura do Envelope nº 001 – PROPOSTA, julgando-as e classificando-as, pelo MENOR PREÇO POR ÍTEM** considerando para tanto as disposições da *Lei nº 10.520/02, principalmente as previstas no art. 4º, VIII, IX e X.*

10.4 – Não serão admitidos lances ou propostas fracionados por item.

10.5 – Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital ou imponham condições, que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes, ou que consignarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.

10.6 – Uma vez classificadas as propostas o Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

10.7 – Os valores dos lances deverão ser decrescentes e distintos.

10.8 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convidado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

10.9 – **O Pregoeiro durante a sessão poderá estipular normas, procedimentos, prazos e demais condições que julgar necessárias a fim de por ordem ao certame.**

10.10 – **Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas em lei e neste edital.** Dos lances ofertados não caberá retratação.

10.11. *Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, será considerada melhor classificada a licitante que oferecer o lance de menor preço, assegurados os benefícios da **Lei Complementar 123/2006** para as microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive quanto ao critério de desempate.*

10.12. *Considera-se empate aquela situação em que o lance final apresentado pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) ao melhor preço final, sendo assegurado a estas o direito de apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.*

10.13. *Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 10.12, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no citado empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.*

10.14. *No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 10.12 (cinco por cento - 5%), será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar uma melhor oferta.*

10.15. *Na hipótese de não contratação nos termos disciplinados para o empate, o objeto será adjudicado a favor da proposta originalmente vencedora do certame.*

10.16 *A regra do empate somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.*

10.17 *A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.*

10.18 *Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro assim o declarará, procedendo-se em seguida a abertura do envelope de "HABILITAÇÃO" da licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital.*

10.19 Serão inabilitadas as licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, salvo as exceções previstas neste Edital.

10.20 **Verificado o atendimento das exigências do Edital, será declarada vencedora a licitante que oferecer o MENOR PREÇO POR ÍTEM**, na forma acima, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

10.21 – **Ficará o licitante vencedor obrigado a apresentar ao Pregoeiro, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir da assinatura da ata, nova planilha de custos, salvo se mantidos os preços constantes de sua proposta escrita.**

10.22 O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, contados após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.



10.23 Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, que será assinada pelo Pregoeiro, e posteriormente publicada no Quadro de Avisos da PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO.

10.24 – O proponente é responsável pelas informações e documentações apresentadas, sendo motivo de desclassificação ou inabilitação a prestação de quaisquer dados ou documentos falsos. A desclassificação ou inabilitação poderá ocorrer em qualquer fase, se porventura o Pregoeiro vier a tomar conhecimento de fatos que contrariem as disposições contidas neste edital ou que desabonem a idoneidade do proponente.

10.25 – O Pregoeiro ou a autoridade superior poderá solicitar esclarecimentos e promover diligências, em qualquer momento e sempre que julgar necessário, fixando prazo para atendimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente em qualquer dos envelopes.

#### 11 – PRAZO DE ENTREGA:

**11.1** - Prazo de entrega: A entrega será **PARCELADA**, e deverá ser realizada em conformidade com o **ANEXO I** deste Edital, em **até 10 (dez)** dias após o recebimento da “Ordem de Fornecimento” expedida pela Secretaria Municipal.

**11.1.1** - Entende-se como prazo de entrega o tempo, em dias úteis, necessário para que os objetos sejam entregues nos locais determinados pelo órgão requisitante, aceitos, livres de quaisquer ônus.

**11.1.2** - Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos. (*artigo 64, § 3º da Lei 8.666/93*).

**11.2** – Os objetos descritos no Anexo deverão ser entregue **PARCELADO**, e deverá ser realizada em conformidade com o **ANEXO I** deste Edital, em **até 10 (dez)** dias após o recebimento da “Ordem de Fornecimento” expedida pela Secretaria Municipal.

**11.3** – Os objetos deverão estar estritamente de acordo com as especificações constantes na Folha Adicional em **anexo I**.

**11.4** - **A fiscalização** da entrega do objeto deste edital será feita pelo CONTRATANTE no local determinado, através de seu representante legal que será indicado pelo Secretário da pasta, através de portaria interna, de forma a fazer cumprir, rigorosamente, as entregas, os prazos, as propostas e condições do presente edital.

#### 12– RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

12.1 – Dos atos relacionados a este procedimento licitatório cabem os recursos previstos na *Lei nº 10.520/02 e na Lei 8.666/93 e suas alterações*, sendo a autoridade superior para o recurso o Prefeito Municipal de Pedro Canário.

12.1.1 - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

12.1.2 - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

12.1.3 - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;

12.1.4 - decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;

12.2 – Os recursos deverão observar os seguintes critérios:

a) serem dirigidos ao Pregoeiro, devidamente fundamentados e, se for o caso, acompanhados de documentação pertinente;

b) serem assinados por representante legal do licitante ou Procurador com poderes específicos, hipótese em que deverá ser anexado o instrumento procuratório (se ausente nos autos);

c) os recursos deverão ser apresentados no Protocolo da PMPC, e fora do prazo legal não serão conhecidos.

#### 12.3 – IMPUGNAÇÃO:

a) Aplicam-se os dispostos nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do Art. 41 da Lei 8.666/93, em consonância com o disposto no Art. 12 do Decreto nº. 3555/2000.





### 13 – Homologação e Adjudicação

13.1 – A classificação das propostas, o julgamento da proposta e da habilitação será submetido à autoridade superior para deliberação quanto à sua homologação e a adjudicação do objeto da licitação caso ocorra recurso.

13.2 – Caso não haja interesse recursal manifestado na sessão o Pregoeiro é quem adjudicará o objeto, sendo que esta adjudicação não produzirá efeitos até a homologação pela autoridade superior.

### 14 – Retirada da Ordem de Fornecimento

14.1 – A PMPC, por intermédio do Pregoeiro convocará a(s) licitante(s) para retirar(em) a(s) respectiva(s) Ordem(ns) de Fornecimento relativa ao presente pregão.

14.2 – O prazo para a retirada da Ordem de Fornecimento após a convocação é de 3 (três) dias úteis.

### 15 – ACEITAÇÃO E PAGAMENTO

15.1 – O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mediante a apresentação à Prefeitura Municipal de Pedro Canário de documento(s) fiscal(is) hábil(eis), sem emendas ou rasuras e ter ocorrido o recebimento na forma prevista no **art. 73 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações**, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a entrega dos objetos.

15.1.1 – O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo do objeto, que deverá estar em conformidade com as exigências do **ANEXO I**.

15.1.2 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na **lei nº 4.320/64**.

15.2 – Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

15.3 – A PMPC poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

15.4 – O pagamento das faturas somente será feito em carteira ou cobrança simples, sendo expressamente vedada à contratada a cobrança ou desconto de duplicatas por meio da rede bancária ou de terceiros.

15.5 – Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO. **Art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93**.

15.6 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o **Art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993**.

15.7 - Será observado o prazo de até 10 (dez) dias para pagamento, contados a partir da apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente **atestada** pelo setor competente e, conforme dispõe o **art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93**.

15.8 - Transcorrido o prazo estabelecido no presente instrumento para o pagamento, o Município fica obrigado a atualizar os valores do débito, tendo por base a data do adimplemento das obrigações até a do efetivo pagamento, aplicando as atualizações com base nos índices estabelecidos pelo Governo Federal à época dos fatos, em conformidade com o disposto no **inciso XIV, alíneas “c” e “d” do Art. 40 da Lei 8.666/93**.

### 16 – Penalidades e Sanções

16.1 – A empresa adjudicatária deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para o fornecimento do objeto licitado, sujeitando-se às penalidades constantes no **art. 7º da Lei nº 10.520/02 e nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações**, a saber:

16.1.1 – Impedimento do direito de licitar com a Administração Pública por um período de até 5 (cinco) anos.

16.1.2 – Multa pelo atraso no prazo da data para entrega do objeto após a adjudicação ou pela não retirada da ordem de compra, calculada pela fórmula:

$$M = 0,005 \times C \times D$$

onde:

M = valor da multa

C = valor da obrigação



---

D = número de dias em atraso

**17 – Disposições Gerais**

17.1 – Ao apresentar proposta, fica subentendido que o licitante conhece todas as condições estabelecidas no presente edital, e seus anexos.

17.2 – APMPC reserva-se o direito de efetuar diligências com a finalidade de verificação da autenticidade e veracidade dos documentos e das informações apresentadas nas propostas.

17.3 – O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

17.4 – O Pregoeiro solicitará, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares, se julgar necessário.

17.5 – Poderão ser convidados a colaborar com o Pregoeiro, assessorando-o, quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, não vinculada direta ou indiretamente a qualquer dos licitantes, bem como qualquer outro servidor desta PMPC.

17.6 – **Este Edital será regido pelas regras e princípios publicistas, pela Lei nº 10.520/02 e pela Lei nº 8.666/93 com suas alterações, independente da transcrição das normas vigentes.**

17.7 – O pregoeiro resolverá os casos omissos com base no ordenamento jurídico vigente.

17.8 – Informações complementares inerentes a este pregão poderão ser obtidas pelos interessados pelo tel.: **(27) 3764-3605**, em dias úteis no horário de 12h00min as 18h00min.

17.9 – *O pregoeiro pode a qualquer tempo negociar o preço com o licitante vencedor a fim de almejar proposta mais vantajosa para a Administração.*

**17.10 – Fazem parte do presente Edital integrando-o de forma plena, independentemente de transcrição:**

17.10.1 – *Anexo I - Especificação do objeto e demais condições;*

17.10.2 – *Anexo II- Modelo de Credenciamento;*

17.10.3 – *Anexo III - Modelo de Declaração, que satisfaz plenamente todas as exigências habilitatórias previstas no certame epígrafado, em obediência ao disposto no art. 4º, VII da Lei nº 10.520/02.*

17.10.4 - *Anexo IV - Modelo de Declaração de Fato Superveniência de Fatos Impeditivos.*

17.10.5 - *Anexo V - Modelo de Declaração de Microempresas de Empresa de Pequeno Porte.*

17.10.6 – *Anexo VI – Modelo de Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal*

17.10.7 – *Anexo VII – Modelo de Declaração de que o licitante tem pleno conhecimento das exigências do edital e do objeto licitado.*

17.10.8 – *Anexo VIII – Modelo de Declaração de que o licitante concorda com os critérios de julgamento e acatará quaisquer decisões que venham a ser tomadas pela Comissão de Licitação durante o procedimento licitatório.*

17.10.9 – *Anexo IX – Minuta de Contrato*

Pedro Canário/ES, 09 de abril de 2014.

---

Almir Vasconcelos Neves  
Pregoeiro Oficial



Prefeitura Municipal de Pedro Canário

Estado do Espírito Santo

Comissão Permanente de Licitação

PREGAO PRESENCIAL 0020/2014

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Em observância ao disposto na Lei Municipal nº **964, de 30/12/2010** elaboramos o presente Termo de Referência para que, através do procedimento legal pertinente, seja efetuada a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, destinados a suprir as necessidades da farmácia básica desta Municipalidade, para o exercício de 2014**, em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

ITEM	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – PROC. N° 0009/2014</b>						
1	Comprimido	1.000	Aciclovir 200 mg			
2	Crema/bisnaga 10g	300	Aciclovir 50 mg/g			
3	Comprimido	3.000	Ácido fólico 5 mg			
4	Suspensão oral/frasco 10ml	200	Albendazol 40 mg/ml			
5	Solução/1litro	1.000	Álcool etílico 70 %			
6	Comprimido	2.000	Alendronato de sódio 70 mg			
7	Comprimido	500	Alopurinol 100 mg			
8	Cápsula	12.000	Amoxicilina - cápsula 500 mg			
9	Comprimido	1.000	Amoxicilina + ácido clavulânico – 500+125 mg			
10	Pó p/suspensão oral. frasco /60ML	100	Amoxicilina + ácido clavulânico – 50 + 12,5 mg/ml			
11	Comprimido	5.000	Atenolol 50 mg			
12	Comprimido	3.000	Azitromicina 500 mg			
13	Pó p/suspensão/frasco 15ml	300	Azitromicina 40 mg/ml			
14	Pó para suspensão injetável	100	Benzilpenicilina benzatina 600.000 Ui			
15	Pó para suspensão	200	Benzilpenicilina benzatina 1.200.000			



# Prefeitura Municipal de Pedro Canário

## Estado do Espírito Santo

### Comissão Permanente de Licitação

	injetável					
16	Pó para suspensão injetável	200	Benzilpenicilina procaína + benzilpenicilina potássica . 300.000 Ui + 100. Ui			
17	Comprimido	2.000	Bensilato de Anlodipino 5 mg			
18	Comprimido	12.000	Bensilato de Anlodipino 10 mg			
19	Solução inalante /Frasco 20ml	50	Brometo de ipratrópio 0,25 mg/ml			
20	Aerossol nasal	60	Budesonida 32mcg			
21	Aerossol nasal	60	Budesonida 32mcg			
22	Comprimido	8.000	Captopril 25 mg			
23	Comprimido	5.000	Carbamazepina 200mg			
24	Comprimido	1.000	Carbamazepina 400mg			
25	Suspensão oral	60	Carbamazepina 20mg/ml			
26	Comprimido	1.200	Carbonato de cálcio + Colecalciferol 500mg Ca(II) + 200Ui			
27	Comprimido	2.000	Carbonato de lítio 300mg			
28	Comprimido	5.000	Carvediol 3,125			
29	Comprimido	4.000	Carvediol 6,25 mg			
30	Comprimido	4.000	Carvediol 12,5 mg			
31	Comprimido	4.000	Carvediol 25mg			
32	Cápsula	1.000	Cefalexina sódica 500 mg			
33	Pó para suspensão oral/frasco 100 ml	100	Cefalexina sódica 50 mg/ml			
34	Xampu / frasco 110 ml	100	Cetoconazol 2%			
35	Cápsula	1.000	Claritromicina 500 mg			
36	Solução oral / frasco	200	Clonazepam 2,5 mg/ml			





# Prefeitura Municipal de Pedro Canário

## Estado do Espírito Santo

### Comissão Permanente de Licitação

	20ml					
37	Comprimido	1.000	Cloridrato de amiodarona 200 mg			
38	Comprimido	1.000	Cloridrato de amitriptilina 25mg			
39	Comprimido	5.000	Cloridrato de Biperideno 2 mg			
40	Comprimido	6.000	Cloridrato de Ciprofloxacino 500mg			
41	Comprimido	1.000	Cloridrato de clindamicina 300 mg			
42	Comprimido	3.500	Cloridrato de clorpromazina 25 mg			
43	Comprimido	3.500	Cloridrato de Clorpromazina 100 mg			
44	Aerosol/ frasco5 0ml	100	Cloridrato de lidocína 100 mg/ml			
45	Comprimido	1.500	Cloridrato de metformina 500 mg			
46	Comprimido	10.000	Cloridrato de metformina 850 mg			
47	Solução oral/fra sco 20ml	100	Cloridrato de metoclopramida 0,4 mg/ml			
48	Comprimido	12.000	Cloridrato de prometazina 25mg			
49	Comprimido	2.000	Cloridrato de propanolol 40mg			
50	Comprimido	8.000	Cloridrato de ranitidina 150mg			
51	Xarope / frasco 100ml	100	Cloridrato de ranitidina 15mg/ml			
52	Comprimido	2.000	Cloridrato de tiamina 300 mg			
53	Solução injetável 1/1ml ampola	100	Decanoato de haloperidol 50mg/ml			
54	Elixir/f rasco10 0ml	100	Dexametasona 0,1 mg/ml			
55	Crema /bisnaga 10g	800	Dexametasona 0,1 %			
56	Comprimido	6.000	Diazepam 10 mg			
57	Comprimido	5.000	Digoxina 0,25 mg			
58	Comprimido sublingual	100	Dinitrato de issorbida 5 mg			



Prefeitura Municipal de Pedro Canário

Estado do Espírito Santo

Comissão Permanente de Licitação

59	Comprimido	2.000	Dipirona sódica 500mg			
60	Pó, solução inalante, aerossol oral, aerossol nasal.	100	Dipropionato de beclometasona 50 mcg/dose			
61	Pó, solução inalante, aerossol oral.	150	Dipropionato de beclometasona) 250 mcg/dose			
62	Comprimido	8.000	Espironolactona 25 mg			
63	Suspensão oral /frasco 60ml	100	Estolato de eritromicina 50 mg/ml			
64	Comprimido	10.000	Fenobarbital 100 mg			
65	Suspensão oral/frasco 30ml	50	Fenobarbital 40mg/ml			
66	Comprimido de liberação controlada	2.000	Glicazida 30 mg			
67	Comprimido	500	haloperidol 1 mg			
68	Comprimido	5.000	haloperidol 5 mg			
69	Comprimido	100.000	hidroclorotiazida 25 mg			
70	Suspensão /frasco 100 ml.	600	Hidróxido de alumínio 61,5 mg			
71	Solução /frasco 30ml	20	Hipoclorito de sódio 10 mg cloro/ml			
72	Solução oral /frasco 30ml	800	Ibuprofeno 50 mg/ml			
73	Comprimido	25.000	Ibuprofeno 600 mg			
74	Comprimido	1.000	Ivermectima 6mg			
75		3.000	Levodopa + benserazida 200 mg + 50 mg			



Prefeitura Municipal de Pedro Canário

Estado do Espírito Santo

Comissão Permanente de Licitação

	Comprido					
76	Comprido	6.000	Levotiroxina sódica 25 mg			
77	Comprido	5.000	Levotiroxina sódica 50 mcg			
78	Comprido	4.000	Levotiroxina sódica 100 mcg			
79	Comprido	1.000	Loratadina 10 mg			
80	Comprido	110.000	Losartana potássica 50 mg			
81	Comprido	1.000	Maleato de enalapril 5 mg			
82	Comprido	12.000	Maleato de enalapril 10 mg			
83	Comprido	20.000	Maleato de enalapril 20 mg			
84	Colírio frasco 5ml	50	Maleato de timolol 0,5 %			
85	Comprido	3.000	Metildopa 250 mg			
86	Comprido	10.000	Metronidazol 250 mg			
87	Comprido	1.000	Mononitrato de isossorbida 20 mg			
88	Comprido	1.000	Mononitrato de isossorbida 40mg			
89	Creme/bisnaga 28g	100	Nitrato de Miconazol 2 %			
90	Óleo/frasco 100ml	50	Óleo mineral			
91	Solução oral/frasco 15ml	700	Paracetamol 200mg/ml			
92	Pó ou Comprido	1.000	Permanganato de potássio 100 mg			
93	Loção / frasco 60ml	100	Permetrina 5 %			
94	Comprido	1.000	Prednisona 5mg			
95	Comprido	5.000	Prednisona 20 mg			
96	Seringas	12.000	Seringas com agulhas acoplada para aplicação de insulina 1 ml			
97	Comprido	1.000	Sinvastatina 10 mg			
98	Comprido	20.000	Sinvastatina 20 mg			
99	Comprido	8.000	Sinvastatina 40 mg			
100	Solução	800	Solução ringer+lactato composição po			



Prefeitura Municipal de Pedro Canário

Estado do Espírito Santo

Comissão Permanente de Licitação

	o injetável / frasco 500ml		litro, cloreto 109mEq, sódio 130mEq, potássio 4mEq, cálcio 2,7mEq, lactato 27,7.			
101	Creme / bisnaga 50g	100	Sulfadiazina de Prata 1 %			
102	Comprimido	1.000	Sulfametoxazol + trimetoprima 400mg+80mg			
103	Suspensão Oral 60m	200	Sulfametoxazol + trimetoprima 40mg+8mg			
104	Aerossol oral	200	Sulfato de salbutamol 120,5mcg/dose(equivalente a 100mcg/dose de salbutamol)			
105	Xarope	100	Sulfato ferroso 5mg/ml			
106	Comprimido	5.000	Sulfato ferroso 40mg/ml			
107	Cápsula	2.000	Valproato de sódico ou ácido valproico 288mg(equivalente a 250mg de ácido valproico)			
108	Comprimido	2.000	Valproato de sódico ou ácido valproico 576mg(equivalente a 500mg de ácido valproico)			
109	Comprimido	2.000	Varfarina sódica 1 mg			
<b>SOMA I</b> .....						
110	Comprimido	3.000	Bromazepam 3 mg			
111	Comprimido	2.000	Butilbrometo de escopolamina 10 mg			
112	Xarope /120ml	400	Carbocisteína 5mg/ml			
113	Xarope /frasco 120ml	600	Cloridrato de Ambroxol 15mg/5ml			
114	Comprimido	500	Cloridrato de venlafaxina 150mg			
115	Pomada / bisnaga 30g	400	Colagenase+Cloranfenicol 0,6U/g+0,01g/g			
116	comprimido	500	Divalproato de Sódio 250mg			
117	Comprimido	3.000	Maleato de Levomepromazina 25 mg			
118	Comprimido	3.000	Maleato de Levomepromazina 100mg			
119	Comprimido	12.000	Nimesulida 100mg			
120	Comprimido	6.000	Paracetamol 750 mg			
121	Drágea	12.000	Polivitamínico do complexo B			
122	Xarope / frasco	300	Polivitamínico do complexo B			





Prefeitura Municipal de Pedro Canário

Estado do Espírito Santo

Comissão Permanente de Licitação

	120ml					
123	Comprimido	2.000	Simeticona 125 mg			
124	Pomada/bisnaga 15g	1.200	Sulfato de neomicina + bacitracina 5mg/g+250UI/g			
125	Injetável em óleo vegetal	20	Zuclopentixol em óleo vegetal 50mg/ml			
126	Comprimido	15.000	Paracetamol 500 mg			
<b>SOMA II.....</b>						
127	Pomada/bisnaga 30g	100	Acido salicílico 5 %			
128	Pó, solução inalante, aerossol oral.	100	Dipropionato de beclometasona) 20 mcg/dose			
129	Comprimido de liberação controlada	2.000	Glicazida 60 mg			
130	Comprimido	3.000	Hidróxido de alumínio 300			
131	Colírio frasco 5ml	50	Hipromolose 0,5 %			
132	Comprimido	500	Levodopa + benserazida 100 mg + 25 mg			
133	Comprimido	500	Metronidazol 400 mg			
134	Loção/frasco 30ml	100	Nitrato de Miconazol 2 %			
135	Solução oleosa/50ml	50	Palmitato de retinol 150.000UI/ml			
136	Gel/bisnaga 50g	100	Peróxido de benzoíla 5%			
137	Comprimido de liberação controlada	2.500	Succinato de metoprolol 25 mg			
138	Comprimido de	5.000	Succinato de metoprolol 50 mg			



Prefeitura Municipal de Pedro Canário

Estado do Espírito Santo

Comissão Permanente de Licitação

	liberaçã o control ada					
139	Compri mido de liberaçã o control ada	1.000	Succinato de metoprolol 100 mg			
140	Bioche ck stripgol d SD	12.000	Tiras reagentes de medida de glicemia capilar			
141	Compri mido	1.000	Varfarina sódica 5 mg			
<b>SOMA III.....</b>						
142	Compri mido	1500	Espiramicina 1,5 MUI			
143		500	Gaze estéril 50mg			
144	Loção Oleosa/ 100ml	300	Òleo dersani 100ml			
<b>SOMA IV.....</b>						
<b>TOTAL GERAL DAS SOMAS I, II, III e IV.....</b>						

**DEMAIS CONDIÇÕES:**

- Os objetos deverão estar estritamente de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- Os prazos de validades dos medicamentos deverão ser iguais ou superiores a 1 (um) ano.

**DA ENTREGA E DOS PRAZOS:**

- a) - Prazo de entrega: A entrega será **PARCELADA**, e deverá ser realizada no **almoxarifado em até 10 (dez)** dias após o recebimento da “Ordem de Fornecimento” feita pela Secretaria.
- b) - Entende-se como prazo de entrega o tempo, em dias úteis, necessário para que os objetos sejam entregues nos locais determinados pelo órgão requisitante.
- c) O **pagamento** será realizado, **em até 10 (dez) dias** após a apresentação da competente nota fiscal correspondente ao grupo que deverá conter obrigatoriamente o visto da Secretaria.
- d) A Prefeitura Municipal de Pedro Canário não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem.

\_\_\_\_\_  
Secretario Municipal.



**PREGÃO PRESENCIAL 0020/2014**  
**ANEXO II**  
**MODELO DE CREDENCIAMENTO**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, de de 2014.

Ao  
Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Pedro Canário

Assunto: Credenciamento para a participação no Pregão nº 0020/2014.

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ vem pela presente, informar a V.S<sup>as</sup>, que o(a) Sr.<sup>(a)</sup> \_\_\_\_\_, Carteira(s) de identidade nº(s) \_\_\_\_\_ (apresentar o original) é pessoa autorizada a representar, em todos os atos, a pessoa jurídica acima citada durante a realização do Pregão em epígrafe, podendo para tanto, oferecer novos lances verbais, transigir, renunciar a recursos, requerer, assinar, enfim, praticar todos os atos referentes ao certame.

Assinatura Identificável  
(nome do representante da empresa)

Obs.: Deverá ser apresentado documento que comprove que o subscritor tem poderes para a outorga (item 3.2.3).



Prefeitura Municipal de Pedro Canário  
Estado do Espírito Santo  
Comissão Permanente de Licitação

---

**PREGÃO PRESENCIAL 0020/2014**

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX/XX, de de 2014.

Ao  
Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Pedro Canário

Assunto: Declaração de atendimento de exigências habilitatórias para participação no Pregão nº 0020/2014.

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ DECLARA, **sob as penas da lei**, principalmente a disposta no **art. 7º da Lei nº 10.520/02**, que satisfaz plenamente todas as exigências habilitatórias previstas no certame epigrafado, em obediência ao disposto no **art. 4º, VII da Lei nº 10.520/02**.

Assinatura Identificável  
(nome do representante da empresa)





**PREGÃO PRESENCIAL 0020/2014**

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS, QUE PORVENTURA OCORRAM COM A EMPRESA, ESPECIFICAMENTE, AS DO ART. 78, VI, IX, X, XI, DA LEI Nº 8.666/93**

**Processo Administrativo n.º 0009/2014.**

**Pregão Presencial n.º 0020/2014**

A empresa \_\_\_\_\_ (Razão Social), inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no \_\_\_\_\_ (endereço completo), DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que comunicará previamente a Prefeitura Municipal de Pedro Canário – ES, sobre a superveniência de fatos impeditivos, que porventura ocorram com a empresa, especificamente, as do *art. 78, VI, IX, X, XI, da Lei nº 8.666/93.*

Local e data.....

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo  
(com firma reconhecida em cartório)



**PREGÃO PRESENCIAL N° 0020/2014**

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 2006

A empresa: \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ no \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a.) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, e do seu contador, o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador do CRC nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins de participação no **Pregão Presencial nº 0020/2014**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta Empresa, na presente data, é **beneficiária** e está excluído das vedações constantes do *parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006*.

Declara ainda, sob as penas da lei, ter receita bruta anual de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme recibo de entrega de Declaração de IRPJ nº \_\_\_\_\_, do último ano-calendário, é legalmente considerada (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE) e atende integralmente as exigências e disposições do *art. 11 do Decreto nº 6.204, de 05/09/2007*.

\_\_\_\_\_  
(data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

\_\_\_\_\_  
(contador)

**Obs:** Esta declaração deverá ser entregue, junto ao credenciamento, antes e separadamente dos envelopes (Documentação e Proposta) exigidos nesta licitação, pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na *Lei Complementar nº 123 de 2006*.



PREGÃO PRESENCIA N° 0020/2014

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DO LICITANTE DE QUE CUMPRE COM O DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Processo Administrativo n.º 0009/2014

Pregão Presencial n.º 0020/2014

DECLARAÇÃO

....., inscrito no CNPJ n.º ....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) ..... portador da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º ....., DECLARA, **sob as penas da Lei em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Local e data.....

Assinatura, qualificação e carimbo  
(Representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



**PREGÃO PRESENCIAL N° 0020/2014**

**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE O LICITANTE TEM PLENO CONHECIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DO EDITAL E DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**Processo Administrativo n.º 0009/2014.**

**Pregão Presencial n.º 0020/2014**

A empresa \_\_\_\_\_ (Razão Social), inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no \_\_\_\_\_ (endereço completo), DECLARA, que tem conhecimento das exigências do Edital acima descrito e do objeto licitado.

Local e data.....

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo  
(Representante legal)





**PREGÃO PRESENCIAL 0020/2014**

**ANEXO VIII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE O LICITANTE CONCORDA COM OS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACATARÁ QUAISQUER DECISÕES QUE VENHAM A SER TOMADAS PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DURANTE O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

**Processo Administrativo n.º 0009/2014.**

**Pregão Presencial n.º 0020/2014**

A empresa \_\_\_\_\_ (Razão Social), inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no \_\_\_\_\_ (endereço completo), DECLARA, que concorda com os critérios de julgamento e a acatará quaisquer decisões que venham a ser tomadas pela Comissão de Licitação durante o procedimento licitatório, desde que subordinadas às normas legais e regulamentares; e de que os trabalhos, objeto do presente Edital, serão integralmente desenvolvidos em pleno acordo com o edital

Local e data.....

.....

Assinatura e carimbo  
(Representante legal)



PREGÃO PRESENCIAL 0020/2014  
ANEXO IX

Processo nº 0009/2014  
Pregão nº 0020/2014  
Contrato nº \_\_\_/2014

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO DE \_\_\_\_\_, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PEDRO  
CANÁRIO E A EMPRESA  
\_\_\_\_\_, NA FORMA  
ABAIXO.

O **Município de Pedro Canário**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 28.539.872/0001-41, com Sede à Rua São Paulo, n.º 220, Bairro Boa Vista, Pedro Canário/ES, adiante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, (Estado Civil), (profissão), portador da CI (RG) nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, residente nesta Cidade e a Empresa \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, com sede \_\_\_\_\_(endereço completo)\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_ neste ato representada pelo \_\_\_\_\_(condição jurídica do representante)\_\_\_\_\_, Sr. \_\_\_\_\_(nome, nacionalidade, estado civil, profissão)\_\_\_\_\_ ajustam o presente contrato de **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, destinados a suprir as necessidades da farmácia básica desta Municipalidade, para o exercício de 2014**, nos termos da **Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93**, e alterações posteriores, de acordo com o que constam dos Processo de nº. **0009/2014** parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição juntamente com a Proposta apresentada pela Contratada datada de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste Contrato, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:**

1.1 - O objeto do presente contrato é a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, destinados a suprir as necessidades da farmácia básica desta Municipalidade, para o exercício de 2014**, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I deste CONTRATO.

**1.2 - Dotação Orçamentária:**

**1.2.1 -** As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

**Orçamento vigente do Município de Pedro Canário – Processo nº 0009/2014.**

Ficha: 0000080.

Órgão: 090000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Unidade Orçamentária: 090100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Função: 10 – SAÚDE.

Sub Função: 302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL.

Programa: 0012 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL.

Projeto/Atividade: 2.050 – COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA.

Elemento de Despesa: 33903200000 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.

Fonte do recurso: 12010000 – RECURSOS PRÓPRIOS - SAÚDE.

**Orçamento vigente do Município de Pedro Canário – Processo nº 0009/2014.**

Ficha: 0000080.

Órgão: 090000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Unidade Orçamentária: 090100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Função: 10 – SAÚDE.

Sub Função: 302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL.

Programa: 0012 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL.

Projeto/Atividade: 2.050 – COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA.

Elemento de Despesa: 33903200000 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.

Fonte do recurso: 12030000 – RECURSOS DO SUS.



## CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

2.1 – O valor do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) sendo que o pagamento será realizado, em até 10 (dez) dias após a apresentação da competente nota fiscal correspondente ao grupo, que deverá conter obrigatoriamente, o visto da Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_.

2.1.1 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na *lei nº 4.320/64*.

2.2 – Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

2.3 – A PMPC poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

2.4 – O pagamento da fatura somente será feito em carteira ou cobrança simples, sendo expressamente vedada à contratada a cobrança ou desconto de duplicatas por meio da rede bancária ou de terceiros.

2.5 – Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas no edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO. *Art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93.*

2.6 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o *Art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993*.

2.7 - Será observado o prazo de até 10 (dez) dias para pagamento, contados a partir da apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente *atestada* pelo setor competente e, conforme dispõe o *art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93*.

2.8 - Transcorrido o prazo estabelecido no presente instrumento para o pagamento, o Município fica obrigado a atualizar os valores do débito, tendo por base a data do adimplemento das obrigações até a do efetivo pagamento, aplicando as atualizações com base nos índices estabelecidos pelo Governo Federal à época dos fatos, em conformidade com o disposto no *inciso XIV, alíneas “c” e “d” do Art. 40 da Lei 8.666/93*.

## CLÁUSULA TERCEIRA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

3.1 – Os preços poderão se reajustados, mediante comprovação de variação de mercado.

## CLÁUSULA QUARTA – PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1 - O prazo para assinatura do Contrato é de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da convocação para esse fim.

4.2 – O prazo de vigência do Contrato será da data de sua assinatura até **31/12/2014**, obedecidos aos prazos legais para sua publicação, na forma da Lei, sendo que fornecimento somente se dará após o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_, podendo, a critério da Municipalidade, ser prorrogado, até o limite previsto no *art. 57 da Lei 8.666/93*.

4.3 - A fiscalização fornecerá, junto com a Autorização de Fornecimento, todos os elementos indispensáveis ao início do fornecimento.

4.4 - Prazo de entrega: A entrega será **PARCELADA**, e deverá ser realizada em conformidade com o **ANEXO I** deste Contrato, em **até 10 (dez)** dias após o recebimento da “Ordem de Fornecimento” expedida pela Secretaria Municipal.

4.4.1 – Os objetos descritos no Anexo deverão ser entregues em horário comercial conforme estipulado na respectiva Ordem de Fornecimento.

4.5 - Entende-se como prazo de entrega o tempo, em dias úteis, necessário para que os objetos sejam entregues nos locais determinados pelo órgão requisitante, aceitos, livres de quaisquer ônus.

4.6 - O objeto em desacordo com as especificações, com faltas e avarias, de responsabilidade da empresa, deverá ser substituído. Nestes casos o prazo para reposição e/ou substituição será determinado pela Unidade responsável pelo seu recebimento, observado o item 5.2.

4.7 - A eventual reprovação do objeto, em qualquer fase de sua entrega, não implicará em alteração dos demais prazos contratuais, nem eximirá a Contratada da aplicação das multas contratuais a que está sujeita.



4.8 - Os prazos de entrega admitem prorrogação, a critério do setor requisitante, devendo ser justificado por escrito e previamente autorizado pela responsável, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

- a) Alteração das especificações pela Administração;
- b) Superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de cumprimento do Edital e execução do Contrato;
- c) Interrupção da execução da Autorização de Fornecimento ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato;
- e) Impedimento de cumprimento do Edital execução do Contrato por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documentos contemporâneos a sua ocorrência;
- f) Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

4.9 - Constatada a interrupção do fornecimento, por motivo de força maior, o prazo estipulado no edital deverá ser prorrogado pelo período razoavelmente necessário à sua retomada.

4.10 - Os materiais deverão ser entregues na Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_, sede deste Município de Pedro Canário - ES.

**4.11 - A fiscalização e inspeção dos objetos ficarão a cargo de servidores especialmente designados para isto, em conformidade com a cláusula 9ª deste contrato.**

4.12 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos. (*artigo 64, § 3º da Lei 8.666/93*).

#### **CLÁUSULA QUINTA - GARANTIAS**

5.1 - A licitante deverá oferecer garantia por quaisquer defeitos constatados nos objetos entregues, sem quaisquer ônus para este Município, sendo responsável pela retirada e entrega dos objetos no setor de origem. Durante este período o fornecedor ficará obrigado a efetuar, as suas expensas, as alterações e/ou substituições que se fizerem necessárias, em decorrência de anomalias, vícios ou defeitos de fabricação, bem como falhas ou imperfeições constatadas nas características a que se destina.

5.2 - A licitante assumirá integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que diz respeito às obrigações fiscais, e todos os demais encargos que porventura venham incidir sobre o objeto deste Edital.

#### **CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES**

6.1 - A recusa da contratada em entregar o objeto dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-se às penalidades legalmente previstas.

6.2 - O atraso injustificado no cumprimento das cláusulas do contrato sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, fixada neste Contrato. A multa poderá ser descontada dos pagamentos, ou cobrada judicialmente, quando for o caso.

6.3 - Pela inexecução total ou parcial dos termos do contrato o município poderá aplicar as seguintes sanções, garantida prévia defesa:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia útil de atraso sobre o valor total do contrato, se as entregas dos objetos não forem na data prevista até o período máximo de 30 (trinta) dias.
- c) Multa cominatória de até 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, após esgotado o prazo fixado no subitem anterior;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação, ou impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.

6.4 - As sanções previstas no subitem 6.3 poderão cumular-se e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantida a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis nos casos das letras "a", "b", "c" e "d" e 10 (dez) dias corridos para a letra "e", a partir do recebimento das mesmas.



6.5 - As sanções estabelecidas no subitem 6.3 letra "d" e letra "e" são da competência do Prefeito Municipal.

6.6 - As sanções previstas no subitem 6.3 letra "d" e letra "e", poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo, ou com autarquias, fundações, empresas públicas ou de sociedade de economia mista:

- Tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- Tenham demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

6.7 - As multas previstas nesta Cláusula deverão ser recolhidas ao Município, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da notificação para esse fim.

6.8 - As multas aqui referidas serão aplicadas após regular processo administrativo e serão exigíveis desde a data do ato, fato ou omissão que lhes tiver dado causa, podendo ser descontadas de créditos relativos aos termos do edital ou cobradas judicialmente.

### CLÁUSULA SETIMA - RESCISÃO

7.1 - A rescisão do Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrita da Administração, nos casos previstos no artigo 78 da Lei 8.666/93, dentre eles:

- 1 Não cumprimento pela CONTRATADA de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos ou o seu cumprimento irregular;
- 2 Descumprimento do Contrato, levando o Município a comprovar a impossibilidade dos serviços no prazo determinado;
- 3 Atraso injustificado no início dos serviços;
- 4 Paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação ao Município por prazo superior a 3 (três) dias;
- 5 Subcontratação total ou parcial do objeto do Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no Contrato;
- 6 Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada pelo Município para a fiscalização da execução do Contrato, assim como as de seus superiores;
- 7 Cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- 8 Decretação de falência da CONTRATADA;
- 9 Dissolução da sociedade;
- 10 Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
- 11 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pelo Prefeito Municipal;
- 12 Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

7.2 - Declarada a rescisão do Contrato, a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE apenas o pagamento do material entregue, depois de conferidos e aprovados pela fiscalização.

### CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTAMENTO

8.1 - Independentemente do prazo contratual, quando a soma dos pagamentos dos valores básicos efetuados pelo município à contratado, em decorrência do presente contrato, atingir o valor total estimado previsto no item 2.1, tendo em vista ao aumento de serviço, o valor do contrato será acrescido através de Aditivo Contratual.

### CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 - **A fiscalização** da entrega do objeto deste edital será feita pelo CONTRATANTE no local determinado, através de seu representante legal que será indicado pelo Secretário da pasta, através de portaria interna, de forma a fazer cumprir, rigorosamente, as entregas, os prazos, as propostas e condições do presente Contrato.



# Prefeitura Municipal de Pedro Canário

## Estado do Espírito Santo

### Comissão Permanente de Licitação

---

#### CLÁUSULA DECIMA - CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO

10.1 - A entrega dos objetos deste Contrato dar-se-ão junto ao **almoxarifado** Municipal da Prefeitura de Pedro Canário.

10.2 - A **CONTRATADA** obrigará-se a fornecer informações, sempre em regime de entendimento com a fiscalização, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do fiel cumprimento do Contrato.

10.3 - O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassem o limite de competência da fiscalização deverão ser solicitadas aos seus superiores para a adoção das medidas cabíveis.

10.4 - A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais da execução do Contrato.

10.5 - Cabe à **CONTRATADA**, permitir e facilitar a fiscalização dos serviços, em qualquer dia e hora devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados.

10.6 - A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

11.1 - A **CONTRATADA** será responsável pela qualidade do objeto, descritos no objeto deste instrumento.

11.2 - A **CONTRATADA** compromete-se a entregar o objeto conforme descrito no anexo ao Edital, parte integrante deste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1 - O Contrato poderá ser alterado, de acordo com o disposto no **artigo 65 da Lei 8.666/93**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - Para dirimir questões oriundas deste Edital e do futuro contrato, fica eleito o Foro de Pedro Canário - ES, Comarca de Pedro Canário.

**13.2 – Faz parte do presente Contrato integrando-o de forma plena, independentemente de transcrição:**

13.2.1 – *Anexo I – Termo de Referência - Especificação do objeto e demais condições;*

Pedro Canário, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

XXXXXXXXXXXX  
Prefeito Municipal  
Contratante

\_\_\_\_\_  
Contratada





Prefeitura Municipal de Pedro Canário

Estado do Espírito Santo

Comissão Permanente de Licitação

PREGAO PRESENCIAL 0020/2014

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Em observância ao disposto na Lei Municipal nº 964, de 30/12/2010 elaboramos o presente Termo de Referência para que, através do procedimento legal pertinente, seja efetuada a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, destinados a suprir as necessidades da farmácia básica desta Municipalidade, para o exercício de 2014**, em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

ITEM	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – PROC. N° 0009/2014</b>						
1	Comprimido	1.000	Aciclovir 200 mg			
2	Crema/bisnaga 10g	300	Aciclovir 50 mg/g			
3	Comprimido	3.000	Ácido fólico 5 mg			
4	Suspensão oral/frasco 10ml	200	Albendazol 40 mg/ml			
5	Solução/1litro	1.000	Álcool etílico 70 %			
6	Comprimido	2.000	Alendronato de sódio 70 mg			
7	Comprimido	500	Alopurinol 100 mg			
8	Cápsula	12.000	Amoxicilina - cápsula 500 mg			
9	Comprimido	1.000	Amoxicilina + ácido clavulânico – 500+125 mg			
10	Pó p/suspensão oral. frasco /60ML	100	Amoxicilina + ácido clavulânico – 50 + 12,5 mg/ml			
11	Comprimido	5.000	Atenolol 50 mg			
12	Comprimido	3.000	Azitromicina 500 mg			
13	Pó p/suspensão/frasco 15ml	300	Azitromicina 40 mg/ml			
14	Pó para suspensão injetável	100	Benzilpenicilina benzatina 600.000 Ui			
15	Pó para suspensão	200	Benzilpenicilina benzatina 1.200.000			



# Prefeitura Municipal de Pedro Canário

## Estado do Espírito Santo

### Comissão Permanente de Licitação

	injetável					
16	Pó para suspensão injetável	200	Benzilpenicilina procaína + benzilpenicilina potássica . 300.000 Ui + 100. Ui			
17	Comprimido	2.000	Bensilato de Anlodipino 5 mg			
18	Comprimido	12.000	Bensilato de Anlodipino 10 mg			
19	Solução inalante /Frasco 20ml	50	Brometo de ipratrópio 0,25 mg/ml			
20	Aerossol nasal	60	Budesonida 32mcg			
21	Aerossol nasal	60	Budesonida 32mcg			
22	Comprimido	8.000	Captopril 25 mg			
23	Comprimido	5.000	Carbamazepina 200mg			
24	Comprimido	1.000	Carbamazepina 400mg			
25	Suspensão oral	60	Carbamazepina 20mg/ml			
26	Comprimido	1.200	Carbonato de cálcio + Colecalciferol 500mg Ca(II) + 200Ui			
27	Comprimido	2.000	Carbonato de lítio 300mg			
28	Comprimido	5.000	Carvediol 3,125			
29	Comprimido	4.000	Carvediol 6,25 mg			
30	Comprimido	4.000	Carvediol 12,5 mg			
31	Comprimido	4.000	Carvediol 25mg			
32	Cápsula	1.000	Cefalexina sódica 500 mg			
33	Pó para suspensão oral/frasco 100 ml	100	Cefalexina sódica 50 mg/ml			
34	Xampu / frasco 110 ml	100	Cetoconazol 2%			
35	Cápsula	1.000	Claritromicina 500 mg			
36	Solução oral / frasco	200	Clonazepam 2,5 mg/ml			



# Prefeitura Municipal de Pedro Canário

## Estado do Espírito Santo

### Comissão Permanente de Licitação

	20ml					
37	Comprimido	1.000	Cloridrato de amiodarona 200 mg			
38	Comprimido	1.000	Cloridrato de amitriptilina 25mg			
39	Comprimido	5.000	Cloridrato de Biperideno 2 mg			
40	Comprimido	6.000	Cloridrato de Ciprofloxacino 500mg			
41	Comprimido	1.000	Cloridrato de clindamicina 300 mg			
42	Comprimido	3.500	Cloridrato de clorpromazina 25 mg			
43	Comprimido	3.500	Cloridrato de Clorpromazina 100 mg			
44	Aerosol/ frasco 50ml	100	Cloridrato de lidocína 100 mg/ml			
45	Comprimido	1.500	Cloridrato de metformina 500 mg			
46	Comprimido	10.000	Cloridrato de metformina 850 mg			
47	Solução oral/frasco 20ml	100	Cloridrato de metoclopramida 0,4 mg/ml			
48	Comprimido	12.000	Cloridrato de prometazina 25mg			
49	Comprimido	2.000	Cloridrato de propanolol 40mg			
50	Comprimido	8.000	Cloridrato de ranitidina 150mg			
51	Xarope / frasco 100ml	100	Cloridrato de ranitidina 15mg/ml			
52	Comprimido	2.000	Cloridrato de tiamina 300 mg			
53	Solução injetável/1ml ampola	100	Decanoato de haloperidol 50mg/ml			
54	Elixir/frasco 100ml	100	Dexametasona 0,1 mg/ml			
55	Crema /bisnaga 10g	800	Dexametasona 0,1 %			
56	Comprimido	6.000	Diazepam 10 mg			
57	Comprimido	5.000	Digoxina 0,25 mg			
58	Comprimido sublingual	100	Dinitrato de issorbida 5 mg			



Prefeitura Municipal de Pedro Canário

Estado do Espírito Santo

Comissão Permanente de Licitação

59	Comprimido	2.000	Dipirona sódica 500mg			
60	Pó, solução inalante, aerossol oral, aerossol nasal.	100	Dipropionato de beclometasona 50 mcg/dose			
61	Pó, solução inalante, aerossol oral.	150	Dipropionato de beclometasona) 250 mcg/dose			
62	Comprimido	8.000	Espironolactona 25 mg			
63	Suspensão oral /frasco 60ml	100	Estolato de eritromicina 50 mg/ml			
64	Comprimido	10.000	Fenobarbital 100 mg			
65	Suspensão oral/frasco 30ml	50	Fenobarbital 40mg/ml			
66	Comprimido de liberação controlada	2.000	Glicazida 30 mg			
67	Comprimido	500	haloperidol 1 mg			
68	Comprimido	5.000	haloperidol 5 mg			
69	Comprimido	100.000	hidroclorotiazida 25 mg			
70	Suspensão /frasco 100 ml.	600	Hidróxido de alumínio 61,5 mg			
71	Solução /frasco 30ml	20	Hipoclorito de sódio 10 mg cloro/ml			
72	Solução oral /frasco 30ml	800	Ibuprofeno 50 mg/ml			
73	Comprimido	25.000	Ibuprofeno 600 mg			
74	Comprimido	1.000	Ivermectima 6mg			
75		3.000	Levodopa + benserazida 200 mg + 50 mg			



Prefeitura Municipal de Pedro Canário

Estado do Espírito Santo

Comissão Permanente de Licitação

	Comprido					
76	Comprido	6.000	Levotiroxina sódica 25 mg			
77	Comprido	5.000	Levotiroxina sódica 50 mcg			
78	Comprido	4.000	Levotiroxina sódica 100 mcg			
79	Comprido	1.000	Loratadina 10 mg			
80	Comprido	110.000	Losartana potássica 50 mg			
81	Comprido	1.000	Maleato de enalapril 5 mg			
82	Comprido	12.000	Maleato de enalapril 10 mg			
83	Comprido	20.000	Maleato de enalapril 20 mg			
84	Colírio frasco 5ml	50	Maleato de timolol 0,5 %			
85	Comprido	3.000	Metildopa 250 mg			
86	Comprido	10.000	Metronidazol 250 mg			
87	Comprido	1.000	Mononitrato de isossorbida 20 mg			
88	Comprido	1.000	Mononitrato de isossorbida 40mg			
89	Creme/bisnaga 28g	100	Nitrato de Miconazol 2 %			
90	Óleo/frasco 100ml	50	Óleo mineral			
91	Solução oral/frasco 15ml	700	Paracetamol 200mg/ml			
92	Pó ou Comprido	1.000	Permanganato de potássio 100 mg			
93	Loção / frasco 60ml	100	Permetrina 5 %			
94	Comprido	1.000	Prednisona 5mg			
95	Comprido	5.000	Prednisona 20 mg			
96	Seringas	12.000	Seringas com agulhas acoplada para aplicação de insulina 1 ml			
97	Comprido	1.000	Sinvastatina 10 mg			
98	Comprido	20.000	Sinvastatina 20 mg			
99	Comprido	8.000	Sinvastatina 40 mg			
100	Solução	800	Solução ringer+lactato composição po			



# Prefeitura Municipal de Pedro Canário

## Estado do Espírito Santo

### Comissão Permanente de Licitação

	o injetável / frasco 500ml		litro, cloreto 109mEq, sódio 130mEq, potássio 4mEq, cálcio 2,7mEq, lactato 27,7.			
101	Creme / bisnaga 50g	100	Sulfadiazina de Prata 1 %			
102	Comprimido	1.000	Sulfametoxazol + trimetoprima 400mg+80mg			
103	Suspensão Oral 60ml	200	Sulfametoxazol + trimetoprima 40mg+8mg			
104	Aerosol oral	200	Sulfato de salbutamol 120,5mcg/dose(equivalente a 100mcg/dose de salbutamol)			
105	Xarope	100	Sulfato ferroso 5mg/ml			
106	Comprimido	5.000	Sulfato ferroso 40mg/ml			
107	Cápsula	2.000	Valproato de sódico ou ácido valproico 288mg(equivalente a 250mg de ácido valproico)			
108	Comprimido	2.000	Valproato de sódico ou ácido valproico 576mg(equivalente a 500mg de ácido valproico)			
109	Comprimido	2.000	Varfarina sódica 1 mg			
<b>SOMA I.....</b>						
110	Comprimido	3.000	Bromazepam 3 mg			
111	Comprimido	2.000	Butilbrometo de escopolamina 10 mg			
112	Xarope /120ml	400	Carbocisteína 5mg/ml			
113	Xarope /frasco 120ml	600	Cloridrato de Ambroxol 15mg/5ml			
114	Comprimido	500	Cloridrato de venlafaxina 150mg			
115	Pomada / bisnaga 30g	400	Colagenase+Cloranfenicol 0,6U/g+0,01g/g			
116	comprimido	500	Divalproato de Sódio 250mg			
117	Comprimido	3.000	Maleato de Levomepromazina 25 mg			
118	Comprimido	3.000	Maleato de Levomepromazina 100mg			
119	Comprimido	12.000	Nimesulida 100mg			
120	Comprimido	6.000	Paracetamol 750 mg			
121	Drágea	12.000	Polivitamínico do complexo B			
122	Xarope / frasco	300	Polivitamínico do complexo B			





	120ml					
123	Comprimido	2.000	Simeticona 125 mg			
124	Pomada/bisnaga 15g	1.200	Sulfato de neomicina + bacitracina 5mg/g+250UI/g			
125	Injetável em óleo vegetal	20	Zuclopentixol em óleo vegetal 50mg/ml			
126	Comprimido	15.000	Paracetamol 500 mg			
<b>SOMA II.....</b>						
127	Pomada/bisnaga 30g	100	Acido salicílico 5 %			
128	Pó, solução inalante, aerosol oral.	100	Dipropionato de beclometasona) 20 mcg/dose			
129	Comprimido de liberação controlada	2.000	Glicazida 60 mg			
130	Comprimido	3.000	Hidróxido de alumínio 300			
131	Colírio frasco 5ml	50	Hipromolose 0,5 %			
132	Comprimido	500	Levodopa + benserazida 100 mg + 25 mg			
133	Comprimido	500	Metronidazol 400 mg			
134	Loção/frasco 30ml	100	Nitrato de Miconazol 2 %			
135	Solução oleosa/50ml	50	Palmitato de retinol 150.000UI/ml			
136	Gel/bisnaga 50g	100	Peróxido de benzoíla 5%			
137	Comprimido de liberação controlada	2.500	Succinato de metoprolol 25 mg			
138	Comprimido de	5.000	Succinato de metoprolol 50 mg			



Prefeitura Municipal de Pedro Canário

Estado do Espírito Santo

Comissão Permanente de Licitação

	liberaçã o control ada					
139	Compri mido de liberaçã o control ada	1.000	Succinato de metoprolol 100 mg			
140	Bioche ck stripgol d SD	12.000	Tiras reagentes de medida de glicemia capilar			
141	Compri mido	1.000	Varfarina sódica 5 mg			
<b>SOMA III.....</b>						
142	Compri mido	1500	Espiramicina 1,5 MUI			
143		500	Gaze estéril 50mg			
144	Loção Oleosa/ 100ml	300	Òleo dersani 100ml			
<b>SOMA IV.....</b>						
<b>TOTAL GERAL DAS SOMAS I, II, III e IV.....</b>						

**DEMAIS CONDIÇÕES:**

- Os objetos deverão estar estritamente de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- Os prazos de validades dos medicamentos deverão ser iguais ou superiores a 1 (um) ano.

**DA ENTREGA E DOS PRAZOS:**

- a) - Prazo de entrega: A entrega será **PARCELADA**, e deverá ser realizada no **almoxarifado em até 10 (dez) dias** após o recebimento da “Ordem de Fornecimento” feita pela Secretaria.
- b) - Entende-se como prazo de entrega o tempo, em dias úteis, necessário para que os objetos sejam entregues nos locais determinados pelo órgão requisitante.
- c) O **pagamento** será realizado, **em até 10 (dez) dias** após a apresentação da competente nota fiscal correspondente ao grupo que deverá conter obrigatoriamente o visto da Secretaria.
- d) A Prefeitura Municipal de Pedro Canário não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem.

\_\_\_\_\_  
Secretario Municipal.